

**INSTRUÇÕES**

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

**TEXTO I****RIQUEZA BIOLÓGICA SOB PRESSÕES CONVERGENTES**

O Brasil abriga seis biomas continentais — Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal —, além de extensos ambientes costeiros e marinhos. Essa variedade de ecossistemas sustenta uma das maiores biodiversidades do planeta e inclui numerosas espécies endêmicas, isto é, encontradas naturalmente apenas em determinadas áreas. O ICMBio realiza a avaliação do risco de extinção da fauna brasileira, enquanto o IBAMA atua, entre outras frentes, na fiscalização ambiental e no combate a infrações.

A abundância biológica, contudo, não torna os ecossistemas invulneráveis. Perda e fragmentação de habitats, espécies exóticas invasoras, poluição, exploração ilegal e mudanças climáticas podem atuar simultaneamente, agravando riscos para espécies e serviços ecossistêmicos. Unidades de conservação, fiscalização, pesquisa científica e restauração ambiental são instrumentos complementares: nenhum deles, isoladamente, elimina todas as ameaças. Preservar esse patrimônio exige, portanto, ações coordenadas, contínuas e ajustadas às características de cada território.

(Texto elaborado com base em informações públicas sobre biodiversidade brasileira)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Ao relacionar diferentes ameaças a instrumentos complementares de proteção, o texto sustenta que a biodiversidade brasileira requer respostas articuladas, em vez de uma solução única aplicável indistintamente a todos os territórios.

02-(IBED) A conjunção “contudo”, no início do segundo parágrafo, introduz conclusão decorrente da grande variedade de ecossistemas mencionada anteriormente e poderia ser substituída por “portanto” sem alteração da relação argumentativa.

03-(IBED) No primeiro período do texto, as vírgulas que isolam a enumeração dos seis biomas delimitam uma expressão de valor explicativo; a retirada apenas dessas duas vírgulas prejudicaria a organização sintática do período.

04-(IBED) A expressão “esse patrimônio”, no último período, retoma a riqueza biológica e os ecossistemas anteriormente apresentados, funcionando como mecanismo de coesão referencial, e não como anúncio catafórico de informação posterior.

05-(IBED) No trecho “A abundância biológica, contudo, não torna os ecossistemas invulneráveis”, o vocábulo “invulneráveis” significa “suscetíveis a danos”; por isso, a frase afirma literalmente que a abundância aumenta a exposição dos ecossistemas às ameaças.

06-(IBED) Situação hipotética: um programa municipal entregou todas as mil cisternas previstas, dentro do prazo, mas consumiu o dobro dos recursos estimados e não reduziu a interrupção do abastecimento no período de estiagem. Assertiva: os dados permitem reconhecer eficácia quanto à meta física, mas não eficiência econômica nem efetividade quanto ao problema social pretendido.

07-(IBED) Durante o monitoramento de uma política de atendimento domiciliar, a identificação de baixa cobertura levou a administração a modificar critérios operacionais antes da avaliação final. Essa providência é incompatível com o ciclo de políticas públicas, pois a implementação deve permanecer inalterada até o encerramento formal da avaliação.

08-(IBED) Situação hipotética: uma ouvidoria recebeu denúncias contra gestores, publicou relatório consolidado, encaminhou indícios aos órgãos competentes e informou aos denunciantes as providências adotadas. Assertiva: o procedimento reúne transparência e responsividade, mas a responsabilização dos envolvidos dependerá de apuração com observância do devido processo.

09-(IBED) Uma decisão administrativa pode ser socialmente apoiada e, ainda assim, ser inválida por contrariar a lei, pois legitimidade política e legalidade não são conceitos equivalentes, e o apoio majoritário não afasta os limites próprios do Estado de Direito.

10-(IBED) Ao oferecer exclusivamente atendimento digital idêntico a todos, sem recursos compatíveis com tecnologias assistivas nem alternativa acessível, o poder público concretiza a igualdade material, uma vez que a uniformidade do canal impede tratamento discriminatório.

11-(IBED) A adaptação climática procura reduzir vulnerabilidades aos impactos presentes ou esperados, ao passo que a mitigação atua sobre as causas da mudança do clima, especialmente mediante redução de emissões ou ampliação de remoções de gases de efeito estufa; por isso, planos climáticos podem combinar ambas.

12-(IBED) A autonomia constitucional do Banco Central do Brasil, instituída por lei complementar, converteu a autarquia em um quarto Poder da República, sem submissão a objetivos definidos em lei nem dever de prestar contas ao Congresso Nacional.

13-(IBED) O Acordo de Facilitação de Comércio do Mercosul elimina automaticamente todas as tarifas externas e dispensa controles sanitários entre seus membros, porque qualquer iniciativa de facilitação comercial equivale juridicamente a uma união aduaneira plena e sem exceções.

14-(IBED) Guerras podem desorganizar redes de proteção e tornar deslocados mais vulneráveis à exploração; contudo, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes não se confundem, pois o primeiro tem como elemento central a finalidade de exploração, enquanto o segundo se relaciona à facilitação da entrada irregular em um Estado em troca de benefício material.

15-(IBED) O reconhecimento estatal de feriados de origem religiosa torna necessariamente confessional o Estado brasileiro, ainda que a medida possua fundamento histórico-cultural e não obrigue ninguém a professar ou praticar determinada crença.

16-(IBED) Uma servidora recebeu uma notificação de aprovação de acesso que ela não havia solicitado. O sistema utilizava autenticação multifator por aplicativo, com opção de aceitar ou rejeitar o pedido. Mesmo que diversas notificações sejam enviadas para provocar aprovação por cansaço, rejeitá-las e comunicar o incidente é adequado, pois aprovar uma delas poderia validar o acesso do atacante.

17-(IBED) Para emitir credenciais de acesso a uma palestra pública, um órgão exigiu nome, CPF, endereço residencial, filiação, renda e histórico médico de todos os participantes. A única finalidade declarada era evitar a duplicidade de inscrições e enviar a confirmação por correio eletrônico. Como o tratamento é realizado pelo poder público, o princípio da necessidade da LGPD não limita a quantidade de dados coletados, desde que o banco esteja protegido contra invasões.

18-(IBED) Em uma plataforma de nuvem, a gestora criou um link público para uma minuta e, depois, enviou o endereço apenas aos três revisores autorizados. Ela acreditou que restringir a distribuição da mensagem equivaleria a restringir tecnicamente o acesso ao arquivo. Essa conclusão é incorreta, pois qualquer pessoa que obtenha o link poderá acessá-lo enquanto vigorar a configuração pública; o controle adequado exige permissões vinculadas às contas autorizadas.

19-(IBED) Um computador da prefeitura alcança um sistema externo por endereço IP, mas não pelo nome de domínio correspondente. Outras aplicações locais continuam funcionando, e a conexão física com o roteador permanece ativa. Esse quadro é compatível com falha de resolução de nomes; além disso, uma VPN pode proteger o tráfego em redes não confiáveis, mas não transforma uma rede Wi-Fi sem acesso ao provedor em conexão funcional com a internet.

20-(IBED) Em uma planilha, a célula D2 contém a fórmula  $=B2*C2$  e foi copiada para D3, onde passou a ser  $=B3*C3$ . Antes da divulgação, a equipe aplicou validação à coluna C para aceitar somente números entre 0 e 100 e exportou o relatório para PDF. A validação altera automaticamente os valores antigos que estejam fora do intervalo, enquanto a exportação para PDF preserva fórmulas editáveis e referências relativas para recálculo pelo destinatário.

21-(IBED) A competência tributária atribuída pela Constituição Federal é indelegável, embora a pessoa jurídica de direito público competente possa atribuir a outra as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, sem que isso constitua delegação da competência.

22-(IBED) Situação hipotética: lei municipal instituiu taxa destinada ao custeio de serviço público específico, porém indivisível, prestado aos contribuintes. Assertiva: a instituição é compatível com o Código Tributário Nacional, pois a especificidade do serviço dispensa sua divisibilidade.

23-(IBED) Nos termos do Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo respectivo fato gerador, sendo irrelevantes, para qualificá-la, a denominação e as demais características formais adotadas pela lei.

24-(IBED) A imunidade recíproca impede os municípios de instituírem impostos, taxas e contribuições de melhoria sobre o patrimônio, a renda e os serviços dos demais entes federativos, ainda que tais exações tenham fatos geradores desvinculados da condição de proprietário.

25-(IBED) Situação hipotética: uma empresa praticou fato gerador de tributo municipal e, posteriormente, foi declarada incapaz para a realização de atos civis. Assertiva: a incapacidade civil superveniente não afasta sua capacidade tributária passiva, que independe da capacidade civil das pessoas naturais ou jurídicas.

26-(IBED) A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente ao tributo que deixou de ser pago, mas não quanto à penalidade pecuniária.

27-(IBED) Situação hipotética: o contribuinte não elegeu domicílio tributário, e a autoridade administrativa identificou o local habitual de suas atividades. Assertiva: para pessoa natural, esse local pode ser considerado domicílio tributário se sua residência habitual for incerta ou desconhecida.

28-(IBED) Na responsabilidade tributária por sucessão imobiliária, o adquirente responde pelos créditos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, mesmo quando do título conste prova de sua quitação.

29-(IBED) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado por impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos no Código Tributário Nacional.

30-(IBED) No lançamento por homologação, o pagamento antecipado extingue definitivamente o crédito no instante em que é efetuado, de modo que posterior homologação pela autoridade administrativa é juridicamente dispensável.

31-(IBED) Situação hipotética: o sujeito passivo depositou judicialmente apenas parte do montante integral do crédito tributário discutido. Assertiva: esse depósito parcial não configura a causa de suspensão da exigibilidade prevista no Código Tributário Nacional.

32-(IBED) A isenção e a anistia excluem o crédito tributário e, por isso, dispensam automaticamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal alcançada pelo benefício.

33-(IBED) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva, ressalvadas as causas legais de interrupção do prazo.

34-(IBED) Situação hipotética: há créditos tributários vencidos e não pagos contra determinado contribuinte, mas todos estão com a exigibilidade suspensa. Assertiva: a administração deverá recusar certidão positiva com efeitos de negativa, pois somente a inexistência de qualquer crédito permite sua emissão.

35-(IBED) Para os efeitos do IPTU, a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, ainda que localizadas fora da zona urbana definida segundo os melhoramentos previstos no Código Tributário Nacional.

36-(IBED) Situação hipotética: um imóvel urbano valorizou-se exclusivamente em razão da construção privada de um centro comercial vizinho. Assertiva: o município poderá cobrar contribuição de melhoria do proprietário, pois a valorização imobiliária, independentemente de obra pública, é suficiente para essa exação.

37-(IBED) No ISSQN, quando o serviço for prestado mediante trabalho pessoal do próprio contribuinte, não se incluem na base de cálculo os valores correspondentes ao fornecimento de mercadorias, ainda que ressalvados expressamente na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

38-(IBED) Ressalvadas as exceções estabelecidas na Lei Complementar nº 116/2003, considera-se devido o ISSQN no local do estabelecimento prestador ou, na falta deste, no local do domicílio do prestador.

39-(IBED) Situação hipotética: uma pessoa integralizou capital social de empresa mediante transferência de imóvel, e a atividade preponderante da adquirente consiste na compra e venda de imóveis. Assertiva: a imunidade constitucional do ITBI aplica-se necessariamente, porque toda transmissão destinada à integralização de capital está protegida, sem ressalva relativa à atividade preponderante.

40-(IBED) A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, e seu contribuinte pode ser qualquer das partes na operação tributada, conforme dispuser a lei.

41-(IBED) Situação hipotética: o prefeito revogou ato administrativo vinculado e válido porque passou a considerá-lo inconveniente. Assertiva: a medida é legítima, pois a revogação alcança indistintamente atos vinculados e discricionários, desde que não haja direito adquirido.

42-(IBED) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é relativa e permite que o administrado demonstre a desconformidade do ato com o ordenamento jurídico.

43-(IBED) Situação hipotética: autoridade competente praticou ato para finalidade diversa daquela prevista em lei, embora tenha alegado interesse público. Assertiva: há desvio de finalidade, vício relacionado ao elemento finalidade do ato administrativo, não convalidável.

44-(IBED) O poder hierárquico autoriza a administração direta municipal a avocar competências legalmente atribuídas a uma autarquia, pois a vinculação administrativa existente entre ambas equivale à subordinação hierárquica.

45-(IBED) Nos termos da Lei nº 9.784/1999, inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

46-(IBED) Situação hipotética: agente público municipal, nessa qualidade, causou dano a terceiro por conduta comissiva. Assertiva: a Constituição estabelece responsabilidade subjetiva da pessoa jurídica de direito público, cabendo ao lesado provar dolo ou culpa do agente para obter indenização do município.

47-(IBED) Situação hipotética: uma sociedade possui ativo de R 480.000 e passivo de R 175.000. Assertiva: pela equação fundamental do patrimônio, seu patrimônio líquido corresponde a R 305.000.

48-(IBED) A assinatura de contrato de compra de mercadorias para entrega futura, sem pagamento antecipado e sem transferência imediata dos riscos e benefícios, constitui fato contábil permutativo, pois aumenta simultaneamente o ativo e o passivo.

49-(IBED) Situação hipotética: uma empresa adquiriu mercadorias à vista por R 20.000, sem considerar tributos recuperáveis ou outras despesas. Assertiva: pelo método das partidas dobradas, o registro debita estoques e credita caixa no mesmo valor, sem alterar o total do patrimônio líquido no momento da aquisição.

50-(IBED) A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia ativos, passivos e patrimônio líquido em determinada data, enquanto o Balanço Patrimonial apura receitas e despesas ocorridas ao longo do período.